

AUTORIZAÇÃO N.º 9699/2014

I-Relatório

Cofidis (NIPC 980125995), com sede em Av^a de Berna n^o 52 – 6^o - Lisboa, vem notificar à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de gestão da atividade comercial e marketing.

Foram solicitados diversos esclarecimentos os quais foram oportunamente prestados.

II-Do Pedido

-A Requerente é uma instituição de crédito.

-O tratamento em causa destina-se à gestão da atividade comercial e marketing.

-Os dados objeto de registo são:

.do 1^o titular: dados de identificação, data de emissão do documento de identificação, local de emissão do documento de identificação, dados de contacto, dados profissionais, estado civil, nacionalidade, data de nascimento, idade, género, número de contrato, rendimentos, código de oferta, mensalidade com seguro, montante total imputado ao consumidor, custo total do crédito, imposto de selo sobre juros, ISUC, TAN, TAEG, custo mensal do seguro, adesão com ou sem seguro, comissão de abertura, encargos incluídos na TAEG;

.do 2^o titular: dados de identificação, dados de contacto, data de emissão do documento de identificação, local de emissão do documento de identificação;

.do fiador/avalista: nome, contactos, tipo de documento de identificação, número do documento de identificação, data e local de emissão do documento de identificação, NIF, profissão, tipo de contrato, situação laboral e rendimento;

-A recolha dos dados é feita por impresso, telefone, internet ou presencialmente.

-O processamento da informação é efetuado através da entidade subcontratada Konecta Portugal Ld^a sediada em Lisboa.

h



-Há comunicação de dados para Call Media - Envios de Pack de Abertura e Teleperformance Contact Konecta (os estritamente necessários), com o fim de marketing.

-Indica-se a interconexão de dados com a base de dados de clientes relativos à atividade financeira, creditícia e seguradora.

-Não se verificam fluxos internacionais de dados para países terceiros.

-Como medidas de segurança serão implementadas: acesso restrito de pessoas, sistemas de alarme contra intrusão, acesso restrito de pessoas, controlos de acesso lógico, níveis diferenciados de acesso, cópias de backup.

-O titular pode conhecer, corrigir e eliminar os dados que lhe respeitem por escrito, junto da Requerente.

-A requerente propõe-se conservar os dados pelo tempo de 10 anos após a cessação do contrato.

III-Apreciação

A Requerente pretende tratar a informação relativa à gestão da sua atividade comercial relacionada com os seus clientes e marketing.

Os dados recolhidos integram-se no conceito de informação relativa ao "crédito e solvabilidade" dos titulares, pelo que o tratamento notificado está sujeito a autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados (artigo 28º nº 1, alínea b), da Lei nº 67/98, de 26 de outubro - LPDP).

Sendo tratados com o consentimento inequívoco do seu titular, considera-se que existe legitimidade para o tratamento (cfr. artigo 6º - corpo - da Lei nº 67/98, de 26 de outubro, LPDP).

Os dados pessoais recolhidos são pertinentes, necessários e não excessivos em relação às finalidades do tratamento declarado (cfr. alínea c) do nº1 do artigo 5º da LPDP).



Ao titular deve sempre ser garantido o direito de informação previsto no artigo 10º da LPDP, bem como o direito de se opor à utilização dos seus dados pessoais para fins de marketing (cf. alínea b) do artigo 12º da LPDP).

As operações de tratamento em subcontratação, como aqui se constata existir, devem ser regidas por contrato ou ato jurídico que vincule o subcontratante à responsável pelo tratamento e que estipule, designadamente, que o subcontratante apenas atua mediante instruções do responsável pelo tratamento, nos termos exigidos pelo artigo 14º nº3 da LPDP.

No momento da recolha ou da atualização dos dados existentes deve ser assegurado direito de informação e acesso nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.

Consigna-se ainda que havendo recolha de dados pela internet, impende sobre a requerente a obrigação de alertar os titulares de que os seus dados pessoais podem circular sem condições de segurança, correndo o risco de serem vistos e utilizados por terceiros não autorizados - cfr. artigo 10º nº 3 da LPDP.

Pretende-se a comunicação de dados para as entidades indicadas, a qual se entende de admitir face ao fim declarado e à circunstância de a mesma se suportar no consentimento dos titulares dos dados.

No que concerne à interconexão, não estando a mesma suportada em instrumento legal, considera-se que desde que haja consentimento dos respetivos titulares e porque se verificam os requisitos expressos no número 2 do artigo 9º da Lei 67/98, de 26 de outubro, a mesma será de permitir.

Quanto às medidas de segurança importa referir que independentemente das declaradas e adotadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança da informação e dos dados pessoais tratados.

Relativamente aos prazos máximos de conservação de dados, atento o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º da LPD, devem ser conservados apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha e do tratamento posterior, pelo que se entende que, considerando a finalidade enunciada e a atividade exercida pela requerente, o prazo indicado é adequado.

3 - Conclusão

Em face do exposto, a CNPD por o considerar legítimo autoriza o tratamento, nos termos declarados e observadas que sejam as condições acima referidas, consignando-se, nos termos dos artigos 6º - corpo -, 23.º alínea d), 27º, 28º nº alíneas b) e c) e 30.º da Lei 67/98, de 26 de outubro, o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Cofidis;

Finalidade do tratamento: Gestão da atividade comercial e marketing;

Categorias de dados pessoais tratados:

.do 1º titular: dados de identificação, data de emissão do documento de identificação, local de emissão do documento de identificação, dados de contacto, dados profissionais, estado civil, nacionalidade, data de nascimento, idade, género, número de contrato, rendimentos, código de oferta, mensalidade com seguro, montante total imputado ao consumidor, custo total do crédito, imposto de selo sobre juros, ISUC, TAN, TAEG, custo mensal do seguro, adesão com ou sem seguro, comissão de abertura, encargos incluídos na TAEG;

.do 2º titular: dados de identificação, dados de contacto, data de emissão do documento de identificação, local de emissão do documento de identificação;

.do fiador/avalista: nome, contactos, tipo de documento de identificação, número do documento de identificação, data e local de emissão do documento de identificação, NIF, profissão, tipo de contrato, situação laboral e rendimento;



Destinatários dos dados pessoais:

-Há transmissão de dados para efeito do seu processamento e em regime de subcontratação para Konecta Portugal Ldª sedeadada em Lisboa;

-Há comunicação de dados para Call Media - Envios de Pack de Abertura e Teleperformance Contact Konecta (os estritamente necessários), com o fim de marketing e desde que não haja oposição do cliente;

-Há interconexão dados com a base de dados de clientes relativos à atividade financeira, creditícia e seguradora;

-Não há fluxos transfronteiriços de dados;

Forma de exercício do direito de acesso e retificação: Por escrito junto do responsável

Prazo de conservação dos dados: 10 anos.

Lisboa, 21 Outubro 2014

Filipa Calvão (Presidente)